

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Tribunal de Justiça reenvia projeto dos cartórios à Assembleia Legislativa

O Tribunal de Justiça decidiu reenviar o projeto que reestrutura os serviços de cartório em Goiás. Conforme o apurado pela coluna, o substitutivo contém basicamente a redação original, encaminhada pelo presidente do TJ, Gilberto Marques Filho, há quase um ano. A proposta prevê a criação de 40 novos serviços e o desmembramento de outros 43, mas foi emendada para assegurar que eventuais mudanças na estrutura atual só serão feitas quando houver vacância. Ou seja: em caso de aposentadoria ou morte dos titulares. Entendendo que mudança a desconfigurou a ideia original, Gilberto retirou a matéria em agosto. Os detalhes do reenvio foram acertados ontem em reunião dele com o presidente da Assembleia Legislativa, José Vitti (PSDB). Para que possa retornar à Comissão Mista, o novo projeto deve ter poucas alterações em comparação com o encaminhado em novembro de 2017 e que estava apto a votação em plenário.



POLÍTICA

Duas últimas folhas de servidores terão aumento de R\$ 155 mi

ESTADO Equipe de transição espera que cortes do atual governo garantam menos desequilíbrio no fechamento das contas, mas admite que deve herdar a folha de dezembro

Fabiana Pulcinelli
fabiana.pulcinelli@opopular.com.br

As duas últimas folhas do funcionalismo do Estado de Goiás terão aumento de R\$ 155 milhões. O salto ocorrerá porque há impacto, a partir de novembro, de R\$ 45 milhões mensais da última parcela de reajustes salariais concedidos a 12 categorias em lei de 2015 mais a elevação já normal do mês de dezembro, referente a férias e diferenças de 13^º.

A folha de dezembro deve chegar a R\$ 1,37 bilhão, enquanto a de setembro foi de R\$ 1,26 bilhão, segundo informações de técnicos da Secretaria da Fazenda (Sefaz). O governador eleito Ronaldo Calado (DEM) já disse ao POPULAR que o governador José Elton

(PSDB) não garantiu que quitaria todas as folhas antes do fim do mandato, em conversa entre ambos no dia 22.

1,37

bilhão de reais é o valor a que deve chegar o gasto com a folha de servidores do Estado no mês de dezembro

45

milhões de reais será o impacto mensal da última parcela de reajustes salariais concedidos a 12 categorias em lei de 2015

Já houve atrasos ao funcionalismo no mês de setembro, com pagamento de servidores da Sefaz, dos Tribunais de Contas do Estado (TCE) e do Município (TCM) e do Tribunal de Justiça (TJ) apenas no dia 19 deste mês. O governo estadual alegou que precisava sanar uma dívida de R\$ 89 milhões com agentes financeiros, cujo atraso poderia implicar em bloqueio de recursos do Tesouro.

A equipe de transição de Calado espera que os cortes que o atual governo vem preparando garantam menos desequilíbrio no fechamento das contas, mas admite que provavelmente herdará a folha de dezembro. Como o pagamento, por lei, pode ocorrer até o quinto dia útil do mês, a responsabilidade já passa ao novo gover-



Senador Wilder Moraes (DEM) está à frente da equipe de transição

nador e o grupo não conta com a certeza de dinheiro em caixa.

A atual gestão diz que as medidas de redução de despesas visam ao pagamento prioritário das vinculações com educação e saúde obrigatórias na Constituição.

Até o momento, as alternativas levantadas pelo grupo do novo governo para melhorar a situação das contas do Estado teriam impacto a médio prazo: renegociar o serviço da dívida e alterar benefícios fiscais. Embora Calado já tenha feito con-

tatos com o Ministério da Fazenda e a Secretaria do Tesouro Nacional, caberá apenas ao novo governo, do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), bater o martelo sobre a renegociação da dívida.

Já no caso da reinstituição dos benefícios fiscais, o projeto de lei deve chegar à Assembleia Legislativa esta semana e deve haver acordo entre a equipe de transição para estabelecer os termos do projeto. Não há confirmação, no entanto, sobre o percentual de possível corte.

Douglas Schinatto

Meta é economizar R\$ 1 milhão

SEGURANÇA PÚBLICA Secretaria estadual vai adotar a partir de amanhã medidas para racionar o uso de combustível. Redução de consumo seria apenas para veículos administrativos

Galtieri Rodrigues
galtieri.rodrigues@opopular.com.br

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP/GO) começará, a partir de amanhã, a adotar medidas de otimização e redução do consumo de combustível nos veículos do órgão. A meta é economizar, por mês, em torno de R\$ 1 milhão para adequar os saldos dos contratos de abastecimento e, ao mesmo tempo, atender os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. O gasto médio da secretaria com combustível, por mês, incluindo todos os veículos (administrativos e viaturas), vinha sendo de R\$ 5 milhões.

A otimização do uso, que consiste basicamente em duas medidas, como a liberação para a utilização do tipo de combustível (etanol ou gasolina) que gera um maior rendimento para veículos flex e a busca dos melhores preços na rede credenciada, valerá para toda a frota da SSP/GO, incluindo viaturas. Já aos veículos que realizam serviços administrativos e que são direcionados a setores diversos do órgão será aplicada ainda a regra do corte de 25% da cota mensal de combustível.

A decisão foi informada pelo secretário Irapuan Costa Júnior por meio de um memorando circular datado do dia 25 de outubro (quinta-feira). O documento, endereçado a todas as superintendências do órgão e também à Diretoria Geral de Administração Penitenciária (D-GAP), expressa que o objetivo é garantir o fechamento financeiro deste ano. A medida integra, inclusive, o plano de ajuste fiscal do governo do Estado que será adotado até 31 de dezembro.

O conteúdo dá a entender, e isto é reforçado pela secretaria, que a otimização não afetará a presença ou a circulação das viaturas utilizadas em atividades operacionais. Elas serão uma ex-



Segundo a secretaria viaturas não serão atingidas pela redução do consumo, mas com medidas para "otimizar" o uso de combustível

ceção à regra imposta. Se o crédito mensal acabar, cotas complementares serão concedidas, após análise da solicitação feita pela Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças. O mesmo não será concedido para os demais tipos de veículo da frota.

Ao todo, a SSP/GO possui em torno de 4,9 mil veículos, entre automóveis, caminhões, motocicletas, aeronaves e embarcações. Eles integram as frotas das polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC) e DGAP. Todos continuarão funcionando, segundo a assessoria de comunicação do órgão, pois a adoção das medidas

não implicará, necessariamente, no recolhimento ou na paralisação de alguns deles.

Conforme o texto do memorando, os responsáveis ou motoristas de cada veículo serão os encarregados de administrar o saldo dos cartões de abastecimento. Hoje, cada um deles possui um cartão específico e o saldo é mensal. Na maioria dos casos, até então, era permitida a complementação do valor se ele acabasse antes do final do mês. Com a especificação do corte de 25% do valor previsto para os veículos da frota administrativa, os departamentos da secretaria passarão a planejar as atividades que exigem locomoção, a partir desse novo total previa-

mente definido.

PLANO

O governo do Estado deve anunciar um plano de redução de gastos hoje, com medidas específicas para diminuir custos e garantir o fechamento do caixa até o final do ano. A crise financeira vivenciada pela atual administração vem atingindo setores sensíveis do serviço público. O principal deles, até então, é a saúde, cujas unidades hospitalares, principalmente o Hospital de Urgências de Goiânia (HUGO), já passaram por momentos de comprometimento do atendimento por causa dos efeitos da falta de repasses e pagamentos para as organizações sociais res-

ponsáveis pela administração de cada uma delas.

Reportagem publicada pelo POPULAR na quinta-feira (25) repercutiu o déficit orçamentário previsto para este ano. O governo informa um valor que deve ficar em torno de R\$ 241,7 milhões. Apesar de ser alto, ele ainda ficará abaixo do que foi registrado no ano passado. Os cofres públicos fecharam 2017 com um déficit de R\$ 503,3 milhões, o que representou 2,12% do que foi arrecadado durante o ano. Este ano, se a previsão se confirmar, o valor do déficit representará um percentual de 0,99%. As reuniões das equipes de transição já estão tratando sobre esse assunto.



Fio Direto

SUELY ARANTES

Vereadores buscam solução para o Hugo junto ao governador José Eliton

Uma comissão de vereadores vai hoje ao governador José Eliton e ao secretário estadual da Saúde, Leonardo Vilela, pedir ao governo estadual uma solução imediata para o Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo). “Estamos assistindo um enorme desrespeito ao cidadão, um descaso com a população mais carente essa grave situação porque passa o Hugo. É um absurdo o que está ocorrendo ali há vários meses”, criticou o vereador Paulo Magalhães (PSD), na tribuna da Câmara ontem. Segundo ele, a empresa que cuida do hospital, Gerir, alega que o Estado não paga uma dívida de quase R\$ 40 milhões, o que teria ocasionado essa situação “lamentável daquela importante unidade hospitalar de Goiás”. Magalhães garante que o governo não tem recursos para a saúde, “mas a Agetop acena com o pagamento aos empresários com débitos no Estado. Ou seja, para a saúde não tem recursos”. Isso é triste”. Ele lembrou que há mais de seis meses vem denunciando a crise no Hugo. “Essa situação calamitosa de agora, pondera ele, já estava prevista: funcionários em greve, por falta de pagamento salarial, falta de medicamentos, 50 leitos de UTIs desativados e, o que é pior, nenhum aceno de que esse caos pode mudar no curto prazo”. Em aparte, o vereador Anderson Bokão (PSDC) também foi contundente nas críticas às autoridades do Estado pela atual situação do Hugo. “É um absurdo o que ocorre ali. A responsabilidade pelo problema são essas Organizações Sociais (OS) que administram os hospitais. Os vereadores de Goiânia não podem se omitir. Somos pagos para fiscalizar e cobrar providências das autoridades em nome da população, especialmente a mais carente. Temos de exigir uma solução rápida para o Hugo”, concluiu.



Concessão de rodovias é suspensa

Presidente da Agetop pretende tratar assunto com equipe de transição de novo governo

FELIPE ANDRÉ*

O presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), Luiz Cesar Kimura anunciou a suspensão do projeto de concessão de 896 quilômetros em sete rodovias goianas. A decisão ainda não é final, ou seja não significou que o projeto será cancelado, mas por se tratar de um contrato de 35 anos a ideia precisa ser debatida com a equipe de transição, do atual governo com o de Ronaldo Caiado que assume em 2019.

Um dos problemas que o projeto esbarra é no preço da tarifa. Empresas ou consórcios precisariam oferecer abaixo de R\$ 7,87 na pista dupla, e de R\$ 3,94 na via simples, para obter os 896 quilômetros. A taxa interna de retorno (TIR) para a empresa vencedora é estimado em 10,22% e a expectativa é de uma outorga de cerca de R\$ 50 milhões.

“Por agora é apenas uma suspensão, mas vamos avaliar se iremos cancelar ou apenas deixar suspenso. Eu tomei essa decisão de suspender para reanalisar as opções administrativas que impactam diretamente o preço do pedágio e por

outro lado como se trata de um contrato de longo prazo (35 anos) é um assunto que acredito que precisa ser tratado com a equipe de transição do atual e do próximo governo”, disse Luiz Cesar Kimura.

Luiz Cesar assumiu a presidência da Agetop na tarde do dia 3 de outubro deste ano, após a prisão de Jayme Rincon na Operação Cash Delivery. Kimura uma semana depois anunciou que o projeto iria passar uma nova análise justamente após críticas em relação aos preços.

“De todo modo eu não tenho conhecimento de todos os elementos necessários para tomar a decisão. Por isso trouxe o processo e estou reestudando o caso, quando eu tiver uma opinião formada tomarei a minha decisão, se ela for a mesma da equipe de transição melhor, se não vamos conversar”, completou o presidente da Agetop.

Na reportagem publicada no dia 11 de outubro de 2018 pelo jornal O Hoje, Luiz Cesar Kimura explicou um pouco mais sobre a importância da questão financeira nesse projeto.

“O valor vai ser reestudado. Todos os aspectos financeiros precisam ser reavaliados, precisa en-



Presidente da Agetop afirma que a concessão dos trechos precisa ser debatida com a equipe de transição

contrar um ponto de equilíbrio se não o Estado vai perder, o privado não vai entrar, ou a população perde pelo valor alto. Eu não tenho hoje a convicção que seja possível levar adiante, preciso formar o meu convencimento para decidir se vai continuar ou ficar suspenso”, explicou Luiz Cesar Kimura.

Apesar do fim do ano estar próximo, Kimura acredita que termina sua análise em até 30 dias, o que iria definir a sua posição.

Mudanças

A Agetop se reuniu no início do mês com empre-

sas do setor, além da presença de técnicos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para buscar esclarecimentos e ouvir sugestões sobre o projeto. Algumas empresas questionaram a necessidade de duplicar algumas rodovias, pois não teria necessidade e só aumentaria o valor. Das sete rodovias estaduais que estão no edital de concessão, três já estão totalmente duplicadas e outras três já receberam pista dupla em pelo menos uma parte, o que consumiu cerca de R\$ 320 milhões em investimentos do Estado.

No total seriam 15 novas praças de pedágio nas

sete GO's, segundo o edital divulgado pelo governo estadual. O pagamento para exploração, conforme o edital, será de 10% na assinatura do contrato e o restante em 20 anos ou 240 parcelas.

Além das reuniões para entender a falta de interesse, o presidente da Agetop ressaltou que o período não favorece as propostas, já que a transição no governo não dá a estabilidade necessária para possíveis investidores. Com a saída de José Eliton (PSDB) e a chegada de Ronaldo Caiado (Democratas), além da troca de presidente na própria Agetop, o mercado

acabou se afastando. Por isso Kimura prioriza trabalhar ao lado da nova equipe de Caiado.

O presidente da Agetop ressaltou que precisa do tempo estabelecido por ele próprio para se aprofundar a respeito do caso. “De minha parte espero que no prazo de 30 dias tenha concluído a minha análise. Não tenho como adiantar a minha opinião a respeito do caso, preciso aprofundar mais o conhecimento no processo”, encerrou Luiz Cesar Kimura. **(Felipe André é estagiário do jornal O Hoje sob orientação do editor de Cidades Rhudy Crysthian)**

Sefaz

Servidores que recebem até R\$ 3,5 mil recebem do governo nesta terça-feira (30)

30/10/2018 15:27 ... Por Nathan Sampaio ... Edição 2259

Com o pagamento, 70% dos servidores estarão recebendo o salário dentro do mês



Sede do governo de Goiás | Foto: reprodução

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz), fez o repasse para pagamento dos salários dos servidores públicos que recebem até R\$ 3.500 líquidos nesta terça-feira (30/10). Os vencimentos referentes ao mês de outubro serão creditados em conta amanhã.

Com o pagamento, 70% dos servidores estarão recebendo o salário dentro do mês trabalhado.